

Reflexões sobre uma trajetória intelectual em tempos de desafios políticos

Reflections on an intellectual career in politically challenging times

Otávio Velho*

* Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
otaviogvelho@gmail.com

I¹

É um grande prazer estar mais uma vez neste Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ao qual agradeço na pessoa do seu coordenador Emerson Giumbelli e na de Carlos Alberto Steil, que me dirigiu generosa saudação de boas vindas. Programa em que, além de aos dois mencionados, estou ligado por muitos outros laços de amizade; bem como por muitos anos de convivência. Quanto a esse tempo de convivência, gostaria apenas de fazer alguns registros, retirados do meu currículo. Lá consta, inclusive, um registro anterior à criação do Programa que é o de ter sido professor visitante no Departamento de Ciências Sociais em 1975 por alguns meses. Isso marca, desde então, a inserção numa rede de contatos onde entre outros se destacam Helgio Trindade e Ruben Oliven, caros amigos aqui presentes nesta tarde. E que sugere também uma convivência durante o período de gestação do Programa. Quanto ao Programa, propriamente, não posso deixar de destacar o fato de ter proferido a aula inaugural do início de suas atividades em 23 de agosto de 1979 (em dez dias serão, portanto, 39 anos). Aula essa intitulada “A universidade e a antropologia no Brasil, hoje”, posteriormente publicada na *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS* (Velho, 1980). Consta também no meu currículo ter dado a aula inaugural em 1994. Bem como a conferência comemorativa dos 30 anos do Programa em 2009, então chamada, em alusão à aula de 1979, “A universidade e a antropologia no Brasil, revisitadas”. Isso para ficar restrito a eventos similares ao de hoje.

Essa prolongada relação serve também para atestar que a “trajetória intelectual” referida no título desta aula já é razoavelmente longa. O que provoca sensação de estranheza, a de se ver colocado no lugar antes ocupado por nossos “maiores”. E se ver requisitado a “dar testemunho”, a falar da memória. Isso me causou uma resistência inicial. Resistência seguida do reconhecimento de que se trata de um papel a cumprir, o mesmo tendo sentido no âmbito da SBPC onde na Reunião Anual que se realizou agora de 22 a 28 de julho em Maceió cumpri esse papel na mesa comemorativa dos 70 anos da entidade formada pelos seus presidentes de honra, sendo eu o único oriundo das humanidades.

1 Aula inaugural dada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 13/08/2018.

Papel, ainda por cima, sujeito a equívocos. Como o que foi performatizado numa mesa em reunião da Anpocs em que estive presente anos atrás junto com o meu irmão Gilberto, em que esse, bem ao seu estilo, interrompeu uma exposição que fazia sobre Weber para esclarecer ao auditório que ele não havia tido a oportunidade de conhecer Max Weber pessoalmente.

Esta aula, porém, é a primeira vez em que, por sugestão do próprio coordenador deste Programa, aparece tão explicitamente também a questão da política. Embora ela costume aflorar, até por razões da própria trajetória intelectual: como no próprio tema do autoritarismo, não por acaso tão central na minha produção dos anos 1970 e que também não por acaso parece ganhar renovado interesse hoje; no fato de ter feito trabalho de campo em área conflituosa e sujeita a movimento guerrilheiro quando eu mesmo respondia a processo na justiça militar, e assim por diante. Essa fricção constante (aproveito para fazer um comercial) talvez explicando o título do texto que fecha a minha coletânea recém-lançada, *Antinomias do real* (Velho, 2018a): “A antropologia e a guerra: não só de narrativas”, espécie de chamamento ao retorno para um certo realismo, a que voltarei adiante.

Retorno, aliás, talvez seja para mim hoje uma palavra-chave, cuja dignidade teórica busquei resgatar em outro texto da mesma coletânea intitulado “Epistrophê: do duplo vínculo às antinomias e de volta”. Gostaria, portanto, hoje de tratar a minha “trajetória intelectual” associada a esse mote do *retorno*. Embora, de certa maneira, retorno entre aspas, à moda de Heráclito. E aí já estou praticando outro exercício que me parece fundamental e que trato nesse mesmo artigo: o de *desdizer*, espécie de elogio da incoerência. Elogio esse que talvez seja um privilégio de aposentados, que por vezes agem em relação aos estudantes – para desespero dos “pais” – como uma espécie de avós permissivos.

II

Feitas essas qualificações, gostaria de proclamar de imediato um desses retornos. Trata-se de um retorno a Marx, muito sólido nos meus trabalhos dos anos 1970, mas que aos poucos se esvaneceu (como tudo que é sólido, diria ele próprio); o que por si para mim mereceria uma reflexão. Mas esse retorno se dá por um caminho novo, que não tem nada de retorno e sim, talvez, de uma espécie

de resgate. Resgate de uma dívida. Dívida oriunda da ausência praticamente total até pouco tempo atrás das questões da ecologia nos meus trabalhos. E o veículo desse processo rejuvenescedor, por assim dizer, foi muito consistentemente a tese de doutorado publicada em inglês em 2017 por um jovem estudioso japonês, Kohei Saito, intitulada *O ecossocialismo de Karl Marx: capital, natureza e a crítica não terminada da economia política* (Saito, 2017).

Impossível resumir esse livro aqui, mas eu o recomendo fortemente. Em síntese, diria apenas que Saito considera que as questões ecológicas estão presentes desde sempre na obra de Marx; por exemplo, por via da discussão sobre alienação. Mas ao contrário de outros ecossocialistas anteriores, Saito crê que isso cresce com o tempo, separando-o por fim de qualquer industrialismo prometeico até desembocar no *Capital*. E lá é então possível encontrar o reconhecimento das crises ecológicas como sendo *a contradição fundamental do modo de produção capitalista*, e friso essa afirmação, que me parece original e fundamental. Nesse sentido, o fato de não ter podido concluir a sua obra não deve ser atribuído em caráter determinante a dificuldades de natureza financeira ou de saúde, como se costuma fazer, e sim à dificuldade inerente à tarefa **gigantesca** de, a partir dessa constatação, completar então a sua crítica. Marx pouco publicou nos seus últimos quinze anos, mas Saito se debruça esmiuçadamente sobre a sua correspondência e seus cadernos de notas, que por incrível que pareça ainda estão sendo publicados como parte de um trabalho iniciado nos anos 1930 na União Soviética, e que hoje se concentra na Alemanha, onde Saito concluiu seu doutorado. Cadernos de notas esses que no caso desses seus últimos anos – e isso não teria sido até agora objeto de atenção suficiente – são dedicados primordialmente a questões pertinentes às ciências naturais e ao “metabolismo”, expressão que se associaria hoje ao que chamamos de ecologia e que nutria intensa e sofisticada discussão na época (por exemplo, sobre o desflorestamento). Discussão onde por vezes as posições se alteravam, como no caso do próprio Marx. Saito, aliás, examina também com extremo cuidado as próprias fontes, numerosas, que municiavam as reflexões de Marx, que só tendo como suporte esse cuidadoso trabalho de pesquisa concluiria que a abolição do caráter privado da produção e do trabalho assalariado articulava-se à necessidade de uma regulação consciente e sustentável da interação metabólica entre a humanidade e a natureza. Regulação essa incompatível com a ânsia infinita do capital pela acumulação.

Trata-se, portanto, de certa maneira da velha questão feuerbachiana da alienação e da relação de externalidade ou não com a natureza. Mas, tal como já formulara Marx em termos mais gerais desde a crítica a Feuerbach na *Ideologia alemã*, essa questão deveria para ele necessariamente ser articulada à crítica ao capitalismo. Crítica onde, então, a “ecologia” ocuparia uma posição central. Não que a alienação já não se apresentasse em formações anteriores como questão efetivamente trans-histórica por ele admitida como tal, mas dada a particularidade e a agudeza extremas da sua manifestação capitalista. Particularidade e agudeza tais que o levam, para torná-la parte integrante de sua crítica da economia política, a uma síntese pessoal do significado de metabolismo que não se confunde com posições estritamente trans-históricas ou do chamado materialismo antropológico a esse respeito, também presentes num complexo campo de discussões.

Por causa disso mesmo, no entanto, além das ciências naturais Marx se preocupou (tal como transparece em seus “cadernos etnológicos”) com as sociedades pré-capitalistas e não ocidentais. Preocupação que Saito considera um verdadeiro movimento de autocritica à falta de atenção anterior à necessidade de estudar os diversos modos concretos de organizar o metabolismo entre humanos e a natureza; sobretudo no que diz respeito à agricultura, a que passou a dedicar especial atenção, como também à persistência desses diversos modos. E que tal como no caso da aldeia comunal russa (como expresso em famosa carta a Vera Zasulich) podia funcionar até como lugar de resistência ao capital. Isso na medida em que este capital ultrapassa a época em que se mantinha intacto, entrando em conflito crescente então, não só com as forças produtivas que gerara, mas com a própria ciência. Ciência que deixa de ser apenas produtora de novas tecnologias para o capital, mas também passa a ser reveladora da sua irracionalidade. Tudo isso gerando uma crise que emerge de uma experiência-limite de alienação e que aponta para a sua eliminação por via – nas palavras do próprio Marx – do “retorno das sociedades modernas a uma forma mais alta de um tipo ‘arcaico’ de propriedade e produção coletivas” (Saito, 2017, p. 265, tradução minha). E entre parênteses assinalo aqui que isso se aproxima daquela outra face da minha trajetória, que é a da relação com os cientistas e o campo científico, a que voltarei.

Tudo isso, enfim, me parece trazer material para muita reflexão de natureza política no que diz respeito a uma reavaliação do “marxismo” ainda hegemônico

entre nós. Marxismo esse que seguidamente deixa os antropólogos numa posição por assim dizer “esquerda” (no sentido de minoria, subjugada), na medida em que questões caras a nós como a sorte dos grupos indígenas e da Amazônia parece negligenciada. E também para uma reavaliação do papel da ciência e do desenvolvimentismo, particularmente cara a um militante da SBPC, onde talvez se venha a assistir nos próximos anos a uma explosão de contradições ainda ocultas no establishment científico por razões corporativas entre a ciência que tem como tópico estratégico as “mudanças climáticas” e, do outro lado, a ciência dos agrotóxicos, por assim dizer.

Seguindo, no entanto, um dos veios abertos por essa obra de Kohei Saito chamaria a atenção para o fato de o autor na esteira de outros estudiosos japoneses dar muita importância à parte econômica dos manuscritos econômico-filosóficos da juventude de Marx, em contraste com os marxistas “humanistas” (como Marcuse, Fromm e outros), que privilegiam a parte filosófica; o que daria origem à polêmica entre os humanistas e os althusserianos com suas “cesuras” ou cortes epistemológicos. Saito prefere um caminho do meio que me parece sensato, analisando concretamente a evolução do pensamento de Marx e nos seus trabalhos de juventude chamando a atenção para a noção de *corpo inorgânico*, que apontaria para uma unidade original entre a humanidade e a natureza que me faz pensar nos *holismos*, inclusive os de hoje. A palavra-chave parece ser *intimidade* (como que contrastando com alienação), Saito fazendo questão de informar a palavra original alemã assim traduzida (*Gemütlichkeit*), associada ao corpo inorgânico. E essas noções nos seus chamados *cadernos de Paris* servem de apoio para comparar a forma capitalista de propriedade com a forma feudal de posse, o que não teria merecido maior atenção por parte da literatura filosófica.

Sem se permitir cair na idealização própria do Romantismo em relação ao feudalismo (e isso me lembra as complexas relações entre Nietzsche e Wagner), Marx acentua que já aí no feudalismo teríamos um distanciamento em relação à terra, a qual se confrontaria com o servo como externalidade, caracterizando assim uma relação de dominação. Porém, o senhor mesmo manteria como elemento dessa dominação certa forma de intimidade com a terra, que apareceria – ela, terra – como o seu corpo inorgânico. Corpo inorgânico do qual os servos fariam parte como adjuntos, estabelecendo-se uma relação de dominação que seria pessoal e política e onde a história familiar e da Casa do

senhor seriam fundamentais para legitimá-la, baseada que estaria não só na violência, mas na tradição e no costume. Marx acentuaria que a dominação pessoal – na medida em que permita um laço indireto com a terra – possuiria “um lado humano, *íntimo*”, em suas próprias palavras, apesar da oposição antagonística entre a terra e aqueles que a trabalham (Saito, 2017, p. 38), o que contrastaria com a dominação reificada e impessoal do capital, que aqui não teria lugar. Dominação do capital esta em que toda relação pessoal do proprietário com a propriedade cessa, tornando-se esta apenas mercadoria. E com isso cessando também toda relação pessoal com o trabalhador, agora tornada estritamente econômica e realizando-se exclusivamente no mercado. Assim se caracterizaria uma forma diferente, moderna de alienação, em que – e eu friso essa passagem – suas condições de trabalho se mostrariam “muito piores e mais alienadas sob vários aspectos que na sociedade feudal” (Saito, 2017, p. 40, tradução minha). A experiência da alienação moderna seria a condição para o pleno desenvolvimento do “indivíduo livre”, que em Marx não assumiria a mesma positividade plena que em outros autores; alienação essa a ser transformada na sociedade futura (Saito, 2017, p. 273) pela reabilitação da unidade entre os humanos e a natureza (Saito, 2017, p. 42) por intermédio da *associação*, e não mais da servidão e da subjugação pessoal e política (Saito, 2017, p. 43), como anteriormente.

III

Pois bem. Eu agora gostaria de fazer um novo e breve movimento de retorno (e de resgate), articulado a esse do marxismo. A 5 e 6 de abril deste ano de 2018 participei na PUC-Rio de um seminário intitulado “História, cultura e amizade: homenagem a Ricardo Benzaquen de Araújo”. Seminário em que apresentei o texto de encerramento (Velho, 2018c), que está sendo publicado ainda neste mês de agosto na revista *Dados* do Iesp, instituição sucessora do antigo Iuperj, em que Ricardo trabalhou como professor e pesquisador. Como na qualidade de orientador eu fui um interlocutor privilegiado de Ricardo na feitura da sua tese de doutorado defendida em 1993 e que, publicada no ano seguinte com o título *Guerra e paz: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30* (Benzaquen de Araújo, 1994), foi muito festejada, ganhando inclusive um Prêmio Jabuti, resolvi

na apresentação me concentrar numa releitura desse trabalho. Trabalho que na verdade foi o de maior fôlego que realizou. Não vou aqui reproduzir a minha intervenção, mas apenas apontar para alguns poucos elementos referentes ao personagem que denominei Ricardo-Freyre que me parecem pertinentes para a discussão ecológica trazida por Kohei Saito. Eu me refiro a sua (do personagem) caracterização da sociedade colonial brasileira (que poderíamos também denominar de sociedade da *plantation*) e sua passagem à modernidade. Nessa caracterização da sociedade colonial o ponto central é o denominado “antagonismos em equilíbrio”, e quanto à passagem à modernidade, seria a transformação das relações entre os grupos sociais de íntimas em excludentes. Intimidade (e seu oposto) – não nos esqueçamos – sendo precisamente a palavra salientada por Saito na descrição feita por Marx da passagem do feudalismo ao capitalismo. Assim como salienta também Saito a “oposição antagonística” (palavras dele) que, no entanto, seria temperada pela intimidade, essa combinação me parecendo aproximar-se dos “antagonismos em equilíbrio” de Ricardo-Freyre. Saito acentua também como segundo Marx a reabilitação da unidade entre os humanos e a natureza se deveria dar não por um retorno à servidão, e sim por intermédio da *associação*. E aqui é digno de menção como Ricardo, por seu lado, chama a atenção para a simpatia nutrida por Freyre em relação aos quilombos, parte dos antagonismos em equilíbrio, cuja persistência por intermédio de seus sucessores permitiria que seus traços não patriarcais, comunitários e democráticos se transmitissem e domassem o patriarcalismo, a violência e a *hybris* característicos do equilíbrio de antagonismos original da sociedade colonial. Ou seja, é como se também aqui estivéssemos diante de um *retorno* a uma forma mais alta de um tipo arcaico de sociedade, tal como Marx visualizara a reabilitação da unidade entre seres humanos e natureza.

Há muitos pontos nessa discussão que me parecem valiosos, e no meu texto eu tento ir adiante, por exemplo, quanto aos quilombos e as raças. Não estou de maneira alguma com essa aproximação buscando retornar à velha questão própria do nosso marxismo da caracterização ou não da nossa formação social como feudal, mantendo-me em linhas gerais fiel à minha ideia dos anos 1970 de um heterodoxo (em relação ao modelo clássico) capitalismo político de dominância autoritária. Capitalismo autoritário esse não incompleto, mas *híbrido*, por assim dizer; o que, no entanto, no plano em que nos colocamos me parece permitir certas aproximações. Híbridismo cujo poderio,

aliás – para tomar um exemplo do Rio Grande – me parece saltar aos olhos com o caso dos Mucker, em que, como me refiro na “Apresentação” que faço do excelente livro de Maria Amélia S. Dickie (2018) que acaba de sair pela Oikos e Editora da Unisinos, por “suprema ironia não poderíamos deixar de associar a movimentos como o de Canudos, ocorrido justamente entre as próprias massas atrasadas [...] que esses imigrantes deveriam supostamente vir a substituir” (Velho, 2018b, p. 15-16).

Estou querendo, portanto, chamar a atenção para a riqueza desse debate. Mas ao mesmo tempo, para nossos propósitos presentes queria pinçar um ponto por assim dizer epistemológico constitutivo da noção de antagonismos em equilíbrio que a tornaria mais generalizável, a sua recorrência nesses dois casos sendo também uma indicação nesse sentido. E isso na medida em que aproximável essa noção, a meu ver, da ideia de antinomia como a defesa simultânea de argumentos que se opõem. E por isso mesmo, talvez, particularmente sujeita a controvérsias. Ricardo já fala em antinomia de modo apreciativo, tal como é assinalado por David Lehmann em artigo publicado em 2008 em *Horizontes Antropológicos* (Lehmann, 2008). Expressão essa que veio a marcar nos dias de hoje o título da minha nova coletânea já referida. Onde o que para mim é mais significativo é o fato de esse título ter sido escolhido por Amir Geiger, organizador do livro, a partir do que ele captou como mais fundamental e abrangente após a sua imersão no conjunto dos textos. Isso apesar de se tratar de apenas uma de um conjunto de expressões aparentadas que venho utilizando através dos anos e que apontam na mesma direção. Mas sendo assim, resolvi também destacá-la. E destacá-la como antinomias *do Real*, o que remete ao texto em que falo em guerras não só de narrativas, sugerindo com isso que afora afinidades ou influências cruzadas, não deva o próprio real, desreificadamente, ser negligenciado como explicação no que diz respeito às recorrências explicativas. Constatação que a meu ver deveria poder ser considerada óbvia, pelo menos entre pesquisadores. E na minha intervenção no seminário eu busquei justamente resgatar o realismo extremamente sofisticado do próprio Ricardo; sendo aparentemente esse seu realismo até a realização desse mesmo seminário pouco apreciado por seus pares mais imediatos dedicados ao estudo do chamado pensamento social brasileiro. Inclusive a projeção desse realismo nos modos de linguagem das ciências sociais onde destaquei o lugar do silêncio, da regressão e dos desdizers.

IV

Pois o que gostaria de fazer agora nesta nossa conversa num último movimento de retorno é exemplificar através de alguns flashes a presença de antinomias (ou de antagonismos em equilíbrio) na minha própria trajetória. Antinomias que por sua vez tenho aproximado da questão do duplo vínculo (*double-bind*) trazida para nós por Gregory Bateson – inclusive em sua versão benfazeja por mim destacada –, tal como aparece explicitamente no título de um dos textos aqui já referidos. Mas agora apontando – apenas apontando – para uma discussão mais ampla que seria, sobretudo, de natureza política, teórica e prática. Não faz muito tempo assisti na TV a um político sendo entrevistado por uma bancada de jornalistas que tinham como mote quase único as cobranças por *coerência*. Em resposta à pergunta sobre como em determinados momentos ele elogiava certo partido e em outros criticava o mesmo partido, ele tentava com dificuldade por sua vez perguntar: “Mas eles não são seres humanos?”

Tomem esse como sendo um primeiro flash e eu passaria então para outro, um pouco menos instantâneo. No número de maio-agosto de 2017 da revista *Sociologia e Antropologia* do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ há um artigo muito interessante do nosso colega Marcelo Ridenti (2017) da Unicamp sobre a revista *Cadernos Brasileiros*, de que eu começo transcrevendo o resumo como recurso para não nos alongarmos:

O artigo propõe reconstituir e analisar as ligações entre a revista *Cadernos Brasileiros* e o Congresso pela Liberdade da Cultura, que foram ao mesmo tempo de dependência e relativa autonomia, entre 1959 e 1970. As duas entidades nem sempre coincidiram plenamente – embora se reivindicassem como liberais e anticomunistas – diante de acontecimentos históricos decisivos do período, como o golpe de 1964, a colaboração com o regime militar e a resistência a ele. Os intelectuais envolvidos com *Cadernos Brasileiros* foram sujeitos nesse processo de lutas sociais, indo de posições anticomunistas tradicionais, favoráveis à “revolução de 1964”, até a posterior formulação de críticas ao regime militar, abrindo o periódico para a colaboração de cientistas sociais considerados de esquerda, mas sem perder as oportunidades de acomodação com os donos do poder. (Ridenti, 2017, p. 373).

No artigo Ridenti informa que em determinado momento veio a público que esse Congresso pela Liberdade da Cultura recebera apoio da CIA. Ocorre que foi nessa revista que eu publiquei o meu primeiro artigo científico (Velho, 1966) no seu número 36 de julho-agosto de 1966 (que custava, então, oitocentos cruzeiros, conforme informado na capa). Em síntese, se poderia de modo curto e grosso então afirmar que este intelectual sobre cuja trajetória foi pedido discurrir nesta Aula iniciou a sua carreira publicando numa revista apoiada pela CIA. Simples assim.

Ao mesmo tempo, no entanto, Ridenti também informa que dentre os membros do conselho brasileiro do Congresso incluíam-se Manuel Bandeira, Guimarães Rosa, Erico Verissimo, Cecília Meireles, Luiz Alberto Bahia, Carlos Castelo Branco, Prudente de Moraes Neto, Francisco de Oliveira, Alceu Amoroso Lima. E que na comissão consultiva inicial de *Cadernos Brasileiros* participavam Anísio Teixeira, Cassiano Ricardo, Eduardo Portela, Erico Verissimo, Evaristo de Moraes Filho, Gilberto Freyre, Manuel Bandeira e Mario Pedrosa entre outros. E que passada a fase mais anticomunista da revista que durou de 1963 a final de 1966, esta passou a buscar a colaboração de “jovens artistas, personagens literárias e cientistas sociais” tais como Fábio Lucas, Wanderley Guilherme dos Santos, Otávio Velho, Gilberto Velho, Moacir Palmeira, Vilma Arêas, José Guilherme Merquior, Sergio Paulo Rouanet, Nelson Motta, etc., aos quais eu acrescentaria o antropólogo Luiz Antônio Machado da Silva. Dentre outros autores que colaborariam ele lista Roger Bastide, Edison Carneiro, Manuel Diégues Jr. (ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia com quem comecei minha carreira antropológica como assistente), José Honório Rodrigues, Florestan Fernandes, Abdias do Nascimento e o físico José Leite Lopes. Estava, portanto, em boa companhia, esses nomes e as trajetórias que evocam falando por si em sua diversidade. E no próprio número em que saiu o meu artigo tinha como colegas entre outros Clarival do Prado Valladares, Raul Bopp, Luiz Carlos Lisboa, Eliane Zaguri e os poetas Carlos Nejar e Carlos Drummond de Andrade. Nada mal para um iniciante. Sobretudo em tempos em que escrevíamos mais em revistas de cultura, não havendo as pressões atuais direcionadas a periódicos científicos e mais especializados. Mesmo porque ainda oscilávamos entre o campo da “ciência” e o da “cultura”, aí despontando iconicamente entre outras a *Revista Civilização Brasileira* e, mais tarde, a *Encontros com a Civilização Brasileira*, onde eu também publicaria.

Marcelo Ridenti generosamente sugere que não éramos ingênuos quanto a *Cadernos Brasileiros* e sabíamos do que se tratava, tudo fazendo parte do jogo. Mas eu não sabia, e tendo me dado ao trabalho de consultar Wanderley Guilherme dos Santos, ele me informou que na ocasião também não. E creio poder afirmar que o mesmo seria o caso de Moacir Palmeira, Gilberto meu irmão e Machado, pois fui eu próprio que os convidei a colaborar a pedido de colega de trabalho que me aproximara da revista. Poderíamos até ter sabido, mas as antinomias são *do Real* e independem disso.

Haveria muito que comentar a respeito desse episódio da minha (e não só minha) trajetória intelectual. Mas para os propósitos presentes pediria apenas que fosse anotado como sendo impressionisticamente um exemplo bem icônico de situação antinômica. Anotação que depois de tantos nomes aqui arrolados pode ser seguida por um certo silêncio. Silêncio a ser desdito a seguir, pois no exemplo seguinte farei algumas considerações a que essa situação não é estranha.

Evidentemente, o Congresso pela Liberdade da Cultura não era apoiado exclusivamente pela CIA, e nem todo o tempo. Entre os seus apoiadores contava-se também a Ford Foundation (que aqui chamarei de Fundação Ford ou, simplesmente, Ford), que por suposto desconhecia esse outro apoio. Retrospectivamente, um paranoico diria que a CIA me perseguia, pois quando fui trabalhar no Museu Nacional como auxiliar de pesquisa de Roberto Cardoso de Oliveira (RCO) em finais de 1966 – mesma época em que era publicado o artigo mencionado – estava-se estabelecendo justamente com a Fundação Ford conversações que redundariam na criação do nosso Programa de Pós-Graduação. Programa esse, portanto, que neste mês de agosto de 2018 completa 50 anos. Por essa época tornei-me por indicação de RCO bolsista do CNPq. Mas o CNPq – que então ainda era sediado no Rio – tinha proporções bem mais modestas que hoje, sobretudo no que diz respeito às ciências sociais. O mesmo ocorria com a Capes. A Finep não existia. E a nossa universidade praticamente desconhecia a pós-graduação; sem falar do desconhecimento do próprio Museu Nacional, um corpo estranho, muito mais antigo que ela própria (este ano comemora 200 anos, a mais antiga instituição científica do país) e incorporado fazia pouco tempo. Ainda mais funcionando fora dos *campi* e sem ensino de graduação, o foco reconhecido da atividade universitária de então. Sem o apoio da Fundação Ford o Programa não teria podido ser criado e existido nos primeiros anos,

portanto. À época não faltaram críticas (e também simpatias) externas por essa conexão com a Ford, bem como dúvidas internas; estas últimas gradativamente mitigadas pela convivência.

No meu caso particular, acabei por realizar o meu doutorado na Inglaterra (Manchester) com bolsa da Ford concedida por intermédio do próprio Programa, o que ademais me permitiu sair do país poucas semanas antes de ser convocado pelos jornais a comparecer perante um oficial encarregado de um inquérito policial-militar. Mas o fato mais geral é que com algumas variantes processo semelhante ocorreu com um núcleo básico de programas de pós-graduação em ciências sociais fundados por essa época e que deram origem à pós-graduação tal como a conhecemos hoje. E que dariam origem igualmente à Anpocs em 1977 (éramos, então, 14 pós-graduações). Anpocs essa, que por sua vez também acabaria por receber apoio da Ford.

Em 2007 foi publicado um livro sobre o programa de direitos humanos da Fundação Ford que na verdade acaba por ser sobre um conjunto bem amplo de suas atividades. Intitula-se *Enfrentando os regimes repressivos do mundo: as políticas e as práticas da Fundação Ford referentes aos direitos humanos* (Korey, 2007). Esse livro, que me parece ter sido pouco divulgado no Brasil, apoia-se numa pesquisa bastante abrangente, que além de entrevistas baseia-se, sobretudo, no acesso aos arquivos da Fundação, detendo-se de modo minucioso no levantamento e análise de sua rede de trocas de memorandos internos (difícil, portanto, de se replicar hoje em dia). Assim, não só desse modo se tem acesso às políticas da Fundação, como também ao seu processo de elaboração.

O desenho que fica delineado é o de que o apoio dado pela Fundação à academia brasileira não era apenas um item de um rol de apoios internacionais, mas sim parte de um projeto extremamente complexo e coerente muito pouco conhecido entre nós. Não só por aqui ele foi variando – por exemplo com o desenvolvimento do próprio programa de direitos humanos – como, igualmente, no plano global enquadrou-se num item geral de enfrentamento das ditaduras militares latino-americanas. Enfrentamento que por sua vez fazia parte de uma tríade, os outros dois itens sendo o combate ao apartheid sul-africano e a contraposição à dominação soviética na Europa oriental. Tudo isso bem sintetizado no título do livro de Korey e sua referência ao enfrentamento com “os regimes repressivos do mundo”. Um recorte liberal, por assim dizer, cuja comparação com movimentos semelhantes nos dias de hoje e em contexto

neoliberal bem diferente e em que se popularizou de modo mais ou menos abusivo a expressão em inglês *regime change* seria estratégica.

É interessante observar a atuação nesse cenário mais amplo de personagens que conhecemos como dirigentes, funcionários e consultores da Fundação no seu escritório do Rio de Janeiro; inclusive a de um colega antropólogo. Como é o caso no episódio da queda de Allende no Chile, considerada um ponto de virada na política da Fundação, um desses personagens tendo sido retratado em 1982 no filme *Missing (Desaparecido, um grande mistério)* do diretor Costa-Gravas. Ou nas maquinações para burlar a vigilância dos governos na Europa do Leste envolvendo algumas dessas mesmas pessoas, sobretudo na proteção a intelectuais e artistas dissidentes. Mais uma vez éramos envolvidos em tramas maiores que em boa parte desconhecíamos. Não tão diferente assim dos caminhos do Congresso pela Liberdade de Cultura e pelo menos parcialmente como produto importante do lado cultural da Guerra Fria. Também aqui haveria muito mais o que dizer para estarmos à altura da complexidade do fenômeno; como, por exemplo, o significado da introdução – não exclusiva, mas impactante estrategicamente – de questões sobre minorias, gênero, raça e meio ambiente entre nós, bem como o apoio a movimentos sociais correspondentes. Mas fica mais esse flash, aberto para eventual discussão futura.

Outros flashes mais haveria. Para ficar colado a minha própria trajetória apenas mencionaria o momento em que acompanhado de meu advogado éramos obrigados a ouvir o conselho de um juiz auditor da justiça militar de que eu como “antropologista” deveria visitar uma favela para observar ao vivo “o elo perdido de que nos falava Darwin”. Isso porque dele dependia a autorização para deixar o país durante o processo a que respondia para completar o meu doutorado. Ou o momento de tomada de decisão entre retornar ao país e correr o risco de ser preso ou assumir (como outros “corrêus” o fizeram) a condição de exilado; assim como entre prosseguir uma vida acadêmica regular ou passar à militância *stricto sensu* que incluía similarmente uma linha de estudos, só que clandestina e por detrás da “Cortina de Ferro”. Igualmente marcante foi ouvir Luiz de Castro Faria diante dos juízes militares afirmar com sua veemência conhecida que aluno dele não tinha tempo para fazer subversão; o que em tom diferente seria repetido por Roberto Cardoso na mesma ocasião e por escrito em documentos apensados ao processo por Manuel Diégues Jr., Shelton Davis então em Harvard e por meus professores em Manchester, Peter Worsley (meu

orientador) e Clyde Mitchell. Todos clamando por minha inocência e criando, assim, um impagável penhor de gratidão com esses amigos, hoje falecidos. Enfim, isso poderia ser multiplicado e apenas menciono para ilustrar o modo pelo qual a “trajetória intelectual” não pode ser asseptizada disso tudo. Antinomias à flor da pele.

Menos rocambolescamente – mas com frutos mais palpáveis – não pode deixar de ser registrado o penoso trabalho de construção institucional (“institution-building” no jargão a que nos acostumamos) desses anos todos. Anos em que do lado do governo se encontrava de (quase) tudo, inclusive excelentes quadros, como no caso da Finep. Finep que no caso do nosso Programa acabou por substituir a Ford na medida em que essa focava mais os seus interesses temáticos e alargava as suas atividades para fora da academia, vindo a se reencontrar com alguns de nós mais tarde, mas já fora do antigo contexto institucional. E nesse trabalho sem dúvida o meu modelo foi Roberto Cardoso de Oliveira. Modelo inclusive na opção por esse caminho, e não por outro, ele que possuía uma trajetória política significativa. Mas sobre isso já tenho falado em outras oportunidades. Sobre o que talvez falte falar mais (e não só eu) é a respeito do balanço por se fazer do preço que pagamos e das marcas que isso tudo imprimiu sobre nós próprios e as instituições que foram, afinal, construídas. Não só em função da matriz de pós-graduação que se fixou, mas da rede que a partir daí se desenvolveu. Balanço que deve incluir as nossas opções teórico-políticas e os caminhos divergentes que aos poucos foram sendo trilhados. Mas isso fica para outra ocasião, espero.

Nesta aula, portanto, busquei ficar próximo à minha trajetória intelectual, conforme foi sugerido, embora não de modo linear. Mesmo quando faço considerações mais teóricas. Em relação a mim próprio haveria questões da política e da militância onde a trajetória intelectual não estaria tão diretamente envolvida, embora isso também pudesse ser usado para continuar a refletir sobre a questão geral aqui sugerida envolvendo política à luz da atenção às antinomias. Atenção que eu sugeriria dever se fazer de uma maneira ou de outra no futuro. Até para evitar que diante dos fenômenos da política fiquemos paralisados, restritos a uma apreciação de caráter moralista ou jurídicista, por exemplo. Paralisação que dificulta a apreensão objetiva da complexidade e das variações – bruscas ou lentas – por detrás dos binarismos. E que ao invés se permita uma contribuição advinda da nossa experiência acumulada. Experiência sempre

sujeita a desafios de natureza política, que, obstáculos ou não, deveriam ser valorizados pelos ensinamentos que nos trazem. Aqui apenas mencionamos alguns elementos; pois afinal, se até Marx não concluiu a sua crítica...

Referências

BENZAQUEN DE ARAÚJO, R. *Guerra e paz: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

DICKIE, M. A. S. *Afetos e circunstâncias: os Mucker e seu tempo*. São Leopoldo: Oikos: Editora Unisinos, 2018.

KOREY, W. *Taking on the world's repressive regimes: the Ford Foundation's international human rights policies and practices*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

LEHMANN, D. Gilberto Freyre: a reavaliação prossegue. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 369-385, jan./jun. 2008.

RIDENTI, M. The journal *Cadernos Brasileiros* and the Congress for Cultural Freedom, 1959-70. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 351-373, maio/ago. 2017.

SAITO, K. *Karl Marx's Ecosocialism: capitalism, nature, and the unfinished critique of political economy*. New York: Monthly Review Press; New Delhi: Dev Publishers & Distributors, 2017.

VELHO, O. O cientista social brasileiro. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 45-55, jul./ago. 1966.

VELHO, O. A universidade e a antropologia no Brasil, hoje. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, Porto Alegre, n. 7/8, p. 289-296, 1980.

VELHO, O. *Antinomias do real*. Org. Amir Geiger. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018a.

VELHO, O. Apresentação. In: DICKIE, M. A. S. *Afetos e circunstâncias: os Mucker e seu tempo*. São Leopoldo: Oikos: Editora Unisinos, 2018b. p. 13-16.

VELHO, O. Caminhos e conversas: homenagem a Ricardo Benzaquen. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, abr./jun. 2018c. No prelo.

Recebido: 01/09/2018 Aceito: 14/09/2018 | Received: 9/1/2018 Accepted: 9/14/2018



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.